



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11789 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

**PROGRAMA MAIS INFÂNCIA: FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL**

Gisele Coelho de Oliveira - UFF - Universidade Federal Fluminense

Flavia Monteiro de Barros Araujo - UFF - Universidade Federal Fluminense

**PROGRAMA MAIS INFÂNCIA: FORMACAO CONTINUADA DE PROFESSORES E A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Palavras-chave:** Formação Continuada de Professores; Programa Mais Infância; Educação Infantil.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) trouxe significativos avanços para o campo educacional, em especial, a afirmação do direito à educação para as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, assim como do dever do Estado em prover esta etapa inicial e obrigatória da escolaridade básica. O reconhecimento deste direito é o resultado das lutas de movimentos sociais e de profissionais da educação que defenderam, ao longo de décadas, um novo paradigma para atendimento à primeira infância.

Além da Constituição Federal, outras normas legais, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) contribuíram para consolidação de uma nova identidade para creches e pré-escolas e para superação de concepções assistencialistas que viam na escola a extensão do espaço doméstico e familiar. Com o atual ordenamento jurídico, as creches e pré-escolas se constituíram em estabelecimentos educacionais que cuidam, educam e devem ter como finalidade a formação integral das crianças em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, de forma complementar a ação da família e da comunidade (Lei nº 9.394/96, art. 29).

O reconhecimento da importância desta etapa escolar foi destacado no Plano Nacional de Educação de 2014 (PNE 2014) que consiste num importante instrumento de planejamento da política educacional brasileira.

Entretanto, apesar das determinações legais, a efetivação desse direito vem enfrentando diversos desafios e demanda políticas públicas que concorram para a democratização do acesso da primeira infância à educação. Tais políticas devem possibilitar a ampliação da oferta de vagas em instituições dotadas da necessária infraestrutura e de profissionais habilitados.

A preocupação com a ampliação das vagas motivou a implantação, em 2007, do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) pelo Governo Federal, como uma das ações propostas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Este Programa tem como escopo contribuir para a consecução das estratégias do PNE, relacionadas à Meta 1 (Educação Infantil).

Em Niterói, município do Estado do Rio de Janeiro, a busca pela expansão das vagas e ainda, da qualificação da Educação Infantil levou, em 2013, a implementação do Programa Mais Infância que tinha como objetivo garantir os direitos das crianças à Educação Infantil. O foco era universalizar a pré-escola até 2016, atendendo ao que estabelecia a Meta 1 do Plano Nacional de Educação. (ARAÚJO, 2016)

Os documentos do Programa Mais Infância preconizavam alguns princípios fundamentais: respeito aos direitos da criança, qualidade pedagógica, inclusão social e formação cidadã (NITEROI/FME, 2013). O projeto tinha como eixos: expandir o número de vagas, equipar as Unidades existentes de recursos pedagógicos necessários para melhoria do atendimento, ampliar os horários de toda rede de atendimento de 0 a 5 anos e 11 meses e qualificar os profissionais da Educação Infantil. (GOMES, 2014). Para tanto foi organizado um planejamento que contemplava as diversas dimensões do programa.

Ao longo de oito anos de existência, no âmbito do Mais Infância foram planejadas e desenvolvidas estratégias formativas diversas tais como cursos, seminários e palestras que objetivavam qualificar as práticas docentes. Contudo, observa-se a fragmentação destas propostas que se voltavam para aspectos instrumentais do cotidiano da escola e do atendimento às crianças. Além da ausência de concepções teóricas e diretrizes claras ancoradas na literatura atual sobre formação de professores, as formações oferecidas tratavam de forma pontual de questões relevantes que devem nortear o currículo da Educação Infantil. Muitas vezes eram organizados encontros de uma tarde, onde compareciam representantes das escolas que deveriam atuar como multiplicadores em suas Unidades, multiplicação que de fato não acontecia.

Considerando a importância da Educação Infantil, o presente estudo busca recuperar as ações propostas pelo Programa Mais Infância para formação em serviço dos docentes. A

realização da pesquisa envolve a revisão da literatura com destaque para artigos sobre o tema e análise de documentos oficiais que orientam o desenvolvimento do Programa.

Observa-se que os docentes eram convidados para participar de encontros ou cursos de curta duração. E, embora os profissionais tenham participado de vários eventos organizados pela Fundação Municipal de Educação, órgão responsável pela gestão das escolas municipais, estas estratégias não propiciaram aos professores avaliar suas experiências e refletir sobre suas práticas, de forma sistematizada (NITEROI/SMECT, 2019).

Neste estudo, em consonância com a literatura acadêmica, destaca-se a importância de os processos formativos possibilitarem a reflexão sobre as práticas docentes, considerando a ideia de que o professor não é um simples transmissor dos saberes, mas sim um profissional que produz conhecimento.

De acordo com Tardif (et al, 1991), em sua prática o professor mobiliza saberes de diferentes fontes. Ao lado dos saberes das disciplinas, dos saberes que aprende em sua formação profissional e dos curriculares, em seu cotidiano o professor produz um saber que é específico, fruto do seu trabalho cotidiano, o saber da experiência (TARDIF et al, 1991). Este saber é originário de sua vivência profissional e incorporado sob a forma de *habitus* e de habilidades. Os saberes da experiência, embora provenientes do cotidiano do professor e validados em sua prática, podem ser partilhados entre os docentes mais experientes e os jovens professores de maneira que o professor se torne também um formador, valorizando a importância da socialização de saberes e vivências e da formação continuada.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, F. Universalização da pré-escola: avanços e desafios na implementação do Plano Nacional de Educação (2014-2024) no município de Niterói. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, vol. 13, n. 6, 2016, p.1-18.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Ministério de Educação. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Proinfância**. Disponível em: [www.fnde.gov.br/index.php/programas-proinfancia-Brasilia-2008](http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-proinfancia-Brasilia-2008).

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014.

GOMES, Patrícia. **A Educação Infantil no município de Niterói: o caminho trilhado para a efetivação do direito da criança**. 37p. Monografia (Especialização em Docência na Educação Infantil), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

NITERÓI. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Programa Mais Infância**. Niterói, SEMECT: 2013. (Material de divulgação).

NITERÓI. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Encontros de Desenvolvimento Profissional 2019**. Niterói, SEMECT: 2019. (Material de divulgação).

TARDIF, Maurice, LESSARD, Claude e LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber docente. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 215-233, 1991.